

# Cinema brasileiro e a soberania nacional



» RENATO BARBIERI  
Cineasta, diretor de *Tesouro Natterer*, *Pureza, Atlântico negro* — na rota dos orixás e *A Invenção de Brasília*

**A** vitória recente do cinema brasileiro em palcos internacionais, com o Globo de Ouro alcançando nosso cinema em posição de destaque, sinaliza um momento histórico de afirmação cultural. O reconhecimento de *O Agente secreto*, premiado como Melhor filme em língua estrangeira, e a coroação de Wagner Moura como Melhor ator em drama celebram a força do nosso cinema e elevam o conjunto da macrorregião CONNE (Centro-Oeste, Nordeste) como novo eixo criativo do Brasil.

O cinema brasileiro vive um momento de ouro. Se no ano passado *Ainda estou aqui* levou Fernanda Torres a ganhar o Globo de Ouro de Melhor atriz e o Oscar de Melhor filme internacional (ambos inéditos), em 2026 o Brasil repete a dose com *O agente secreto*. Esse reconhecimento internacional reforça uma nova agenda estética e narrativa. *O agente secreto*, ao conquistar o Globo de Ouro, consolida o cinema brasileiro no centro de um circuito global que historicamente privilegia produções de grandes países industrializados

Caio Gomez



e que, em anos recentes, México e Coreia do Sul começaram a mudar.

O resultado imediato é o aumento da curiosidade do público internacional sobre as nossas produções, aguçando o olhar dos grandes festivais, mostras e plataformas de streaming. No mercado interno, é evidente a alta de bilheteria que os filmes brasileiros vem despertando junto ao público, antes mais afeito às comédias, e que, desde o período pós-pandemia, amplia sua aderência ao gênero drama, refletindo o ressurgimento do interesse pelo cinema nacional.

Esse novo eixo regional criativo não apenas diversifica a oferta de filmes, mas também fortalece uma identidade visual e temática própria, capaz de dialogar com o público global sem perder as raízes brasileiras. Por isso, as políticas públicas de incentivo exigem a regulamentação das plataformas de streaming no território nacional, de modo a assegurar conteúdo nacional suficiente, com qualidade artística e mecanismos de transparência para quotas de produção local, dados de audiência e condições justas de remuneração para toda a cadeia produtiva. A sustentação de um cinema competitivo depende de uma arquitetura de políticas públicas robusta.

É essencial reconhecer o cinema brasileiro como parte essencial da nossa identidade cultural e da soberania nacional, ampliando os vetores da economia, da educação, do diálogo social e da memória histórica. É chegada a hora de nos

assumirmos como nação brasileira, de dar uma formação de qualidade para todo o povo brasileiro como cidadãos e cidadãs de primeira linha, sem qualquer discriminação ou racismo. O Brasil tem um recado a dar ao mundo, isso é inescapável. E o cinema brasileiro deve ter seu lugar garantido nesse grande concerto das coisas.

O cinema brasileiro está atravessando um momento de afirmação e projeção internacional que pode (e deve) ser aproveitado como alavanca de soberania cultural e econômica. O reconhecimento técnico, criativo e comercial que vem sendo conquistado indica que a indústria audiovisual não é apenas um entretenimento, mas um ativo estratégico para o país.

A defesa de políticas públicas consistentes, com foco na diversidade regional, na formação de mãos de obra qualificada e na regulação equilibrada das plataformas de streaming, é essencial para manter essa trajetória. A sociedade civil, a indústria e o governo precisam atuar de forma colaborativa, reconhecendo que o cinema não é apenas uma vitrine, mas um campo de construção de identidade nacional, de diálogo com o mundo e de oportunidades de desenvolvimento humano e econômico.

Sejamos nacionalistas na prática, e não apenas em discurso, fortalecendo ações que consolidem a produção brasileira como elo vital de soberania cultural, capaz de dizer ao mundo quem somos, de onde viemos e para onde vamos.

# Venezuela, soberania e democracia



» ADEMAR K. SATO  
Graduado em administração e direito, pós-graduado em ciências sociais e economia, monge budista, ex-regente do Templo Budista de Brasília

**O** que o recente episódio ocorrido na Venezuela, que consistiu no sequestro do Maduro por Forças Armadas a mando do Trump, tem a ver conosco? Tentarei abordar a questão do ponto de vista transreligioso, transcultural e transpolítico-partidário, que é a minha plataforma hoje, após ter exercido por 20 anos a regência do Templo Budista de Brasília.

Primeiro, o Maduro. Ele é chefe do Executivo de um Estado soberano, com o Legislativo e o Judiciário funcionando, e tem o direito inalienável de governar o seu país, criar leis, aplicá-las e decidir o seu destino, sem submissão ao poder externo. É herdeiro de Hugo Chávez, que governou de 1999 a 2013, fortemente influenciado por Simón Bolívar (1783-1830), que teve papel fundamental na formação da América Latina, atuando diretamente na luta contra a Corte Espanhola pela independência da Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Tanto o governo de Chávez como o de Maduro tiveram orientação popular, no entendimento de que, na democracia moderna, o poder está com o povo na tomada das decisões políticas.

Ocorre que o próprio capitalismo é selvagem por sua origem e formação, e a natureza dispõe à Venezuela recurso imprescindível ao desenvolvimento moderno sob a forma de petróleo, agravando a situação em que a minoria proprietária e rica se distanciase do crescente povo miserável, o que provocou tendência socialista do Estado para enfrentar a reação da oligarquia local.

Segundo, o Trump. O que ele quer mostrar com suas medidas estapafúrdias? Foi presidente de 2017 a 2021, como representante do Partido Republicano, não aceitou a perda da eleição para Joe Biden (2021-2025), do Partido Democrata, e, como mero especulador e bom comunicólogo, realizou o espetáculo da tomada frustrada do Parlamento e da Casa Branca, imitado por aqui, até na frustração. Se observarmos os últimos presidentes norte-americanos, como Obama, Bush Filho, Clinton, Reagan, eles completaram oito anos na função.

Será que ele quer manter-se no poder por oito anos por vaidade? Ou para livrar-se do Caso Epstein? Garantir a próxima eleição, sem nenhuma preocupação ética sobre os resultados de agressão à soberania de países nem ao bem-estar dos cidadãos, desprezando a natureza do sofrimento que se abate sobre o próprio povo norte-americano que pode estourar como uma grande bolha? Propôs a transformação de Gaza em local de recreio, como se fosse Las Vegas, e, agora, compra a Groenlândia como se fosse mero negócio imobiliário, irritando a Dinamarca e toda a Europa.

Em terceiro lugar, Lula. A sua reeleição foi importante para o Brasil, para a América Latina, para os países não hegemônicos, para a nova configuração geopolítica mundial que já está gestada e em formação.

Sem Lula, as manifestações imediatas contra a intervenção militar norte-americana de vários órgãos da multipolaridade contemporânea poderiam passar como brancas nuvens. Ele não só telefonou imediatamente para a vice-presidente da Venezuela, uma mulher sábia que afirmara taxativamente que não seria colônia submissa dos Estados Unidos, como tem ordenado forte posicionamento diplomático em prol da paz, tranquilidade e solidariedade mundial, fundamentadas na soberania nacional.

Consta que ainda tentou falar com o próprio Trump como postura de alguém que nunca foi de armas — nem como militar nem como terrorista, é respeitador da legalidade da justiça civil mesmo sendo aprisionado injustamente — e que cultiva pessoalmente a empatia social como a amorosidade familiar. Não é radical, pois é social democrata autêntico e convicto, como vem demonstrando.

A ONU foi constituída ao término da Segunda Grande Guerra após o lançamento de duas bombas atômicas sobre o Japão, com o nobre objetivo de que tais conflitos de dominação econômica e política não mais recorressem à força bruta das armas nem à discriminação ideológica, mas, sim, à Ordenação da Lei Internacional expressa na Carta das Nações Unidas. Mas, infelizmente, ela serve como princípio, não como norma.

Não pudemos evitar a Guerra Fria com a cláusula absurda do direito de retaliação nuclear simultânea, que só fez expandir a indústria de armamentos, nem a Guerra da Coreia e a de Vietnã, o bloqueio de Cuba e a ocupação militar do Panamá em 1989. Hoje, corremos o risco das big techs influenciando a opinião pública nas eleições como fonte do poder, se aliando às atividades escusas e enganosas para ludibriar as massas.

Apostemos nos novos tempos com esperança na sanidade da humanidade e no bom encaixamento do progresso técnico e científico, seguindo as normas de soberania legítima e de democracia verdadeira. Oxalá, a nova era ainda a iniciar-se no século 21 leve em conta esses fatores no sentido de propostas criativas para problemas velhos.

# Brasil avança, mas igualdade salarial continua um desafio



» MÁIRA LACERDA  
Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

» MARIANA EUGÊNIO ALMEIDA

Analista técnico de políticas sociais do MTE

**O** Brasil registrou avanços na participação feminina no mercado de trabalho, com mais mulheres em empregos formais e em diversos setores da economia. Apesar dos avanços, a desigualdade de gênero permanece significativa, sobretudo em razão das diferenças salariais persistentes em relação aos homens. Essas disparidades se aprofundam quando gênero e raça se cruzam, evidenciando obstáculos adicionais enfrentados por mulheres negras no acesso, progressão e remuneração no trabalho.

Dados do 4º Relatório de Transparência Salarial, divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, revelam um cenário de transformações lentas. Em 2025, a média salarial das mulheres era de R\$ 3.908, frente a R\$ 4.958 dos homens, uma diferença de 20,9%. O levantamento é resultado da implementação da Lei nº 14.611/2023 (Lei de Igualdade Salarial), que tornou obrigatória a divulgação semestral de relatórios salariais por empresas com 100 ou mais funcionários, com recorte por gênero e raça. O relatório aponta sinais positivos, como o aumento de estabelecimentos com diferenças salariais de até 5% e maior participação de mulheres negras no mercado formal.

Após um primeiro ciclo de adaptação e

sensibilização, marcado por dúvidas e judicialização, o país entra, agora, em uma fase de fiscalização mais rigorosa. Em 2025, mais de 800 empresas já haviam sido inspecionadas. A experiência internacional indica que, sem políticas ativas de correção, a transparência isolada pode levar à judicialização em massa.

O Reino Unido ilustra os limites da transparência isolada. Desde 2017, empresas com mais de 250 empregados devem divulgar relatórios sobre diferenças salariais de gênero. Embora tenha ampliado o debate público, a ausência de mecanismos obrigatórios de correção fez com que a iniciativa se tornasse um exercício formal de cumprimento, sem mudanças estruturais duradouras. A desigualdade salarial permaneceu praticamente estagnada em torno de 10%.

A Islândia, por sua vez, foi além. Desde 2018, o país exige que empresas com 25 ou mais empregados obtenham uma certificação de igualdade salarial, comprovando que suas políticas remuneratórias são igualitárias. Esse modelo preventivo, baseado em uma auditoria técnica e independente, reduz significativamente o espaço para disputas judiciais, deslocando o foco da remediação judicial para a prevenção.

Um exemplo concreto e bem-sucedido mais próximo vem do Chile. A Universidade de Talca implementou o programa "Ni Mas Ni Menos", uma iniciativa interna focada em diagnosticar e corrigir assimetrias remuneratórias, conseguindo reduzir sua brecha salarial em 3%.

O grande aprendizado é que as medidas de transparência, embora importantes, são insuficientes por si só. O que evita a judicialização em massa são os passos seguintes: a correção técnica das disparidades e a mudança cultural.

Nesse sentido, o Guia de Negociação Coletiva,

lançado pelo governo brasileiro em 2025, avança

nessa direção, ao incentivar que o tema seja tratado na mesa de negociação, e não no tribunal. O diálogo social mostra-se essencial.

O Brasil, ao alinhar suas políticas a iniciativas

como a Coalizão Internacional pela Igualdade de Pagamento (EPIC), posiciona-se em um ecossistema global de troca de boas práticas. A EPIC serve

como uma plataforma para aprendizagem entre

pares e troca de conhecimento.

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho vai muito além da diferença de salários. Ela nasce de fatores estruturais que moldam o acesso, o crescimento e a permanência das mulheres em posições de destaque. A segregação ocupacional ainda concentra a força de trabalho feminina em setores menos valorizados, como educação, saúde e serviços sociais. Ao mesmo tempo, os chamados "tetos de vidro" continuam a impedir muitas mulheres de alcançar cargos de liderança e decisão.

Esses mecanismos ajudam a explicar por que, mesmo com nível de escolaridade superior ao dos homens, as mulheres seguem ganhando menos e, quanto mais alto o cargo, maior a distância. Em 2025, a diferença salarial média nacional era de 21,2%. Mas, entre diretoras e gerentes, elas recebiam, em média, apenas 73,4% do salário dos homens. Nas funções que exigem ensino superior, a proporção caía para 68,2%.

O caminho para a igualdade salarial ainda é longo, mas há sinais de progresso. A transparência imposta pela Lei de Igualdade Salarial e iniciativas como o Guia de Negociação Coletiva são passos importantes. O desafio, agora, é transformar a transparência em ação concreta, aplicando o aprendizado internacional para evitar os custos e a lentidão da via judicial. Como mostram experiências bem-sucedidas, a igualdade de remuneração é mais eficaz e menos custosa quando tratada como política de gestão e não como sentença judicial.

O desafio é transformar a transparência em ação concreta, aplicando o aprendizado internacional para evitar os custos e a lentidão da via judicial. Como mostram experiências bem-sucedidas, a igualdade de remuneração é mais eficaz e menos custosa quando tratada como política de gestão e não como sentença judicial.